



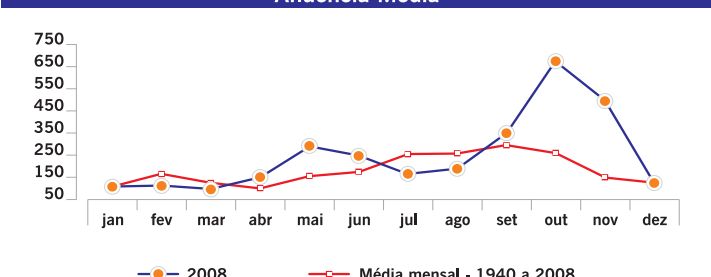
**Senhores Acionistas,**  
A Administração da BAESA - Energética Barra Grande S.A. submete a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

**Cenário Macroeconômico**

O ano de 2008 foi marcado pelo aprofundamento da crise financeira mundial no segundo semestre, cujos reflexos no Brasil podem ser percebidos pela alta de 31,94% na taxa cambial do dólar norte-americano, pela inflação de 9,81%, medida pelo IGP-M, e pela elevação da taxa SELIC de 11,25% (Dez.07) para 13,75% (Dez.08).

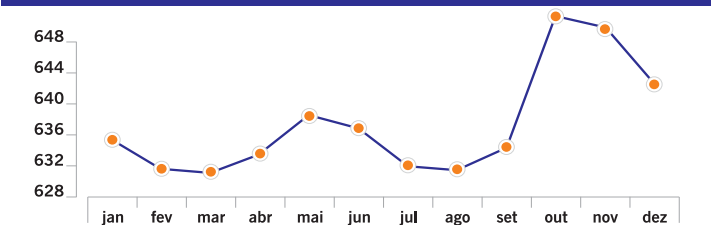
**Desempenho Operacional**

**Afluência Média**



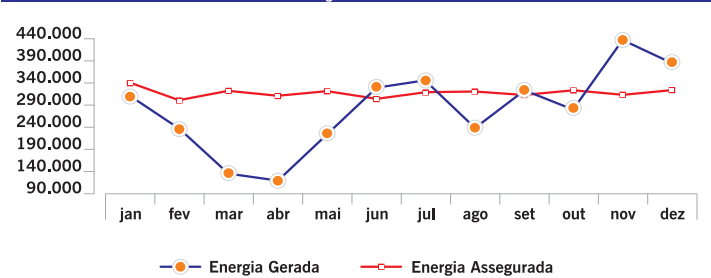
Em 2008 a incidência de chuvas na região Sul ficou abaixo da média histórica. No mês de outubro, entretanto, a ocorrência extraordinária de chuvas na região do Rio Pelotas levou a vazão afluente a um pico de 8.550 m³/s no dia 26 e, por consequência, vertimento de 3.937 m³/s. O reservatório da UHE Barra Grande atingiu no dia 28 de outubro, a sua cota máxima de 647 metros.

**Nível Reservatório - 2008**



Em 2008, as Unidades Geradoras 1 e 3 foram liberadas para operar como compensador síncrono após implementação de melhorias acertadas com o fabricante Alstom. A implementação das melhorias na UG 2 será concluída em Março de 2009. A geração de energia atingiu 2.950.761 MWh, quantidade equivalente a 88,3% da energia assegurada (3.334.056 MWh). Já a energia comercializada atingiu 3.239.896 MWh, totalmente alocada segundo determinação dos acionistas da BAESA que, conforme Acordo de Acionistas, possuem o direito e a obrigação de adquirir, para si ou terceiros, toda a produção na proporção de sua participação no Capital Social da Companhia.

**Geração Mensal**



**Desempenho Econômico e Financeiro**

**Recíta Operacional**  
Em 2008 a receita operacional bruta da BAESA totalizou R\$ 329 milhões, e a líquida R\$ 269 milhões. Foram recolhidos impostos da ordem de R\$ 34 milhões incidentes sobre a Receita da Companhia (ICMS, PIS e COFINS).

**Desempenho Operacional**  
A BAESA no exercício de 2008 apresentou EBITDA de R\$ 197 milhões, serviço da dívida de R\$ 175 milhões e impostos de R\$ 15 milhões sobre o resultado, que atingiu R\$ 29 milhões no exercício, fortemente influenciado pela alta da taxa cambial.

|                        | 31/12/08           | %             |
|------------------------|--------------------|---------------|
| <b>Passivo Atual</b>   | <b>R\$ 319 mil</b> | <b>Divida</b> |
| BNDES - TJLP           | R\$ 319.333        | 35%           |
| BNDES - Cesta          | R\$ 168.023        | 18%           |
| BNDES - TJLP - Sup.    | R\$ 266.765        | 31%           |
| <b>Total BNDES</b>     | <b>R\$ 774.121</b> | <b>85%</b>    |
| Debitores 1ª Série     | R\$ 100.195        | 11%           |
| Debitores 2ª Série     | R\$ 39.438         | 4%            |
| <b>Total Debitores</b> | <b>R\$ 139.633</b> | <b>15%</b>    |
| <b>Dívida Total</b>    | <b>R\$ 913.754</b> | <b>100%</b>   |

A BAESA detém nível de recursos necessário à substituição das garantias corporativas prestadas ao BNDES por recebíveis da Companhia, aguardando a formalização da transferência pelo Banco.

**Compartilhamento de Infra-Estrutura de Serviços**  
A BAESA concluiu estudos conjuntos com a Consultoria KPMG para compartilhamento de infra-estrutura de serviços com empresas com acionistas em comum, a exemplo da ENERCAN - Campos Novos Energia S.A. e MAESA - Machadinho Energética S.A. A implantação do compartilhamento depende da aprovação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Tal compartilhamento objetiva a melhoria na qualidade dos processos de gestão com simultâneos ganhos de escala nas empresas participantes.

**Impostos e Contribuições Pagos**  
No exercício de 2008 foram pagos pela BAESA R\$ 98 milhões a título de impostos, contribuições e compromissos a organismos Federais, Estaduais e Municipais, no valor:

|  |         |
|--|---------|
| USO do Bem Público                               | R\$ mil |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica                 | 16.681  |
| Compensação Fin. pela Util. de Recursos Hídricos | 14.968  |
| ICMS   | 23.018  |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido          | 11.787  |
| PIS  | 14.145  |
| Pesquisa e Desenvolvimento                       | 8.827   |
| Financiadora de Estudos e Projetos               | 3.607   |
| Taxa de Fiscalização - ANEEL                     | 3.208   |
| INSS   | 1.205   |
| Ministério das Minas e Energia                   | 1.058   |
| ISF  | 975     |
|  | 683     |
|  | 162     |

**Ações Sociais, Ambientais e Culturais**

A BAESA dispôs R\$ 20,2 milhões no ano de 2008 em ações socioambientais, distribuídos da seguinte forma:

|   | R\$ (mil)     |
|---|---------------|
| <b>Ações</b>                                | <b>3.804</b>  |
| Comunidades Rurais                          | 2.082         |
| Projetos Sociais                            | 1.027         |
| Carta de Crédito                            | 1.006         |
| Assistência Técnica e Social                | 7.781         |
| Adequação da Infra-Estrutura dos Municípios | 1.007         |
| Pesquisa e Desenvolvimento                  | 129           |
| Educação Ambiental                          | 939           |
| Monitoramento de Fauna e Flora              | 236           |
| Monitoramento do Reservatório               | 946           |
| Arqueologia                                 | 486           |
| Meio Ambiente                               | 803           |
| <b>Total</b>                                | <b>20.187</b> |

**Ações Sociais**

Em 2008 a BAESA concluiu a construção e a entrega das beneficiárias comunitárias em mais três Comunidades Rurais - Santa Catarina, em Anita Garibaldi/SC; São Francisco de Assis, em Esmeralda/RS; e Laranjeira, em Capão Alto/SC, cumprindo integralmente seu compromisso em todas as sete Comunidades Rurais implantadas na região. Em todo, 515 das 51 famílias beneficiárias estão com seus imóveis rurais escriturados. Também em 2008 a BAESA assinou com a Prefeitura do Município de Esmeralda/RS, o Termo de Entrega e Aceitação das Estradas e Pontes construídas pela Companhia nas Comunidades Rurais Nossa Senhora da Salete e São Francisco de Assis. Em 2008 as prefeituras de Anita Garibaldi/SC e Cerro Negro/SC construíram 23 casas populares com a madeira Em 2008 as prefeituras de Anita Garibaldi/SC, São Francisco de Assis, em Esmeralda/RS; e Laranjeira, em Capão Alto/SC, cumprindo integralmente seu compromisso em todas as sete Comunidades Rurais implantadas na região. Em todo, 515 das 51 famílias beneficiárias estão com seus imóveis rurais escriturados. Também em 2008 a BAESA assinou com a Prefeitura do Município de Esmeralda/RS, o Termo de Entrega e Aceitação das Estradas e Pontes construídas pela Companhia nas Comunidades Rurais Nossa Senhora da Salete e São Francisco de Assis.

Em 2008 as prefeituras de Anita Garibaldi/SC e Cerro Negro/SC construíram 23 casas populares com a madeira Em 2008 as prefeituras de Anita Garibaldi/SC, São Francisco de Assis, em Esmeralda/RS; e Laranjeira, em Capão Alto/SC, cumprindo integralmente seu compromisso em todas as sete Comunidades Rurais implantadas na região. Em todo, 515 das 51 famílias beneficiárias estão com seus imóveis rurais escriturados. Também em 2008 a BAESA assinou com a Prefeitura do Município de Esmeralda/RS, o Termo de Entrega e Aceitação das Estradas e Pontes construídas pela Companhia nas Comunidades Rurais Nossa Senhora da Salete e São Francisco de Assis.

Em 2008 foram aprovados 36 projetos sociais, cujo montante alcançou cerca de R\$ 2,1 milhões em investimentos. Os projetos sociais foram realizados com recursos próprios, de empresas acionistas da BAESA e também de incentivos fiscais, através da Lei Roumanet e FIA (Fundo para Infância e Adolescência). Destaque para projetos como a construção da sede da Liga Feminina de Combate ao Câncer de Vacaria/RS, criação da Orquestra de Câmara de Anita Garibaldi/SC, construção do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor em Capão Alto/SC, publicação do livro "Garibaldi e Anita: os amantes da liberdade em dois mundos de guerras", modernização da Escola Marcílio Marques Pacheco, em Esmeralda/RS, instalação de academias de ginástica ao ar livre, apoio ao projeto teatral "Horário de Verão/Horário de Cultura" e parceria com o Instituto Guga Kuerten para concretizar projetos nas organizações sociais com sede nos municípios da Serra Catarinense, além de capacitar seus dirigentes e professores. A capacitação das famílias rurais também foi uma das principais ações realizadas durante o ano de 2008. O objetivo é repassar informações e oferecer condições para que as famílias possam desenvolver novas atividades econômicas, e melhorar a gerar renda e melhorar a qualidade de vida. Nesse sentido, além dos projetos já concretizados, como produção leiteira, fruticultura, artesanato e piscicultura, foram iniciadas atividades de apicultura e criação de galinha caplira. Na Comunidade Santa Catarina, em Anita Garibaldi/SC, a BAESA e o Instituto Alcoa repassaram recursos para a construção da Casa do Mel, instalada com vários equipamentos destinados à apicultura. Já na Comunidade Laranjeira, em Capão Alto/SC, foi entregue um bônus de semente para inseminação artificial do gado leiteiro, fortalecendo assim a produção de leite entre as famílias.

Em 2008, a BAESA, em parceria com o Sebrae, deu continuidade às ações referentes ao PDR - Plano de Desenvolvimento Regional. Após identificar um total de 100 profissionais, entre professores, comerciantes e prestadores de serviços que comprovaram queda na receita mensal em decorrência da conclusão das obras de construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande, a empresa firmou parceria com o Sebrae para capacitar esses profissionais. Eles aprovaram a proposta da BAESA para que o Sebrae ministrasse o curso Saber Empreender. Dividido em duas fases, o curso ministrado para 99 pessoas e consistiu em aulas teóricas, elaboração de planos de negócios e repasse de R\$ 5,4 mil para cada aluno investir como desejasse. A segunda etapa, em andamento, prevê o apoio financeiro da BAESA para os melhores projetos. A empresa vai financiar até 80% do valor do projeto, sendo que esse montante está obrigatoriamente limitado a R\$ 7 mil.

Em 2008, em apoio ao desenvolvimento dos municípios localizados em sua área de abrangência, a BAESA realizou obras como a ampliação do Posto de Saúde de Capão Alto/SC, instalação de equipamentos no Centro Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora do Patrocínio, em Campo Belo do Sul/SC, construção do escritório municipal da EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) em Pínhai da Serra/RS, e do Centro de Educação Ambiental, em Anita Garibaldi/SC, além da continuidade das obras de pavimentação asfáltica do trecho que liga Anita Garibaldi/SC à Usina Hidrelétrica Barra Grande. A pavimentação asfáltica, quando concluída em junho de 2009, vai permitir a integração rodoviária entre os dois municípios-sede do empreendimento - Anita Garibaldi/SC e Pínhai da Serra/RS, distantes cerca de 30 quilômetros e integrados desde 2006 graças à barragem da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Ao concluir a obra, a BAESA terá concluído assim a produção de leite entre as famílias.

A ampliação do Posto de Saúde de Capão Alto/SC, onde foram investidos aproximadamente R\$ 170 mil, proporcionou a criação de 14 novas salas de trabalho, entre consultórios médico, odontológico e psicológico, sala de reuniões e sanitários. Em Campo Belo do Sul/SC, a BAESA repassou quatro equipamentos para funcionamento do Centro Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora do Patrocínio. Foram entregues um monitor multiparamétrico, aparelho de anestesia, desfibrilador cardíaco e bisturi eletrônico.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**

|   | (Em milhares de reais) |                  |  | (Em milhares de reais) |                  |
|---|------------------------|------------------|--|------------------------|------------------|
|   | 2008                   | 2007 (Nota 2)    |  | 2008                   | 2007 (Nota 2)    |
| <b>ATIVO</b>                                    |                        |                  | <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>          |                        |                  |
| <b>Circulante</b>                               |                        |                  | <b>Circulante</b>                            |                        |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                   | 33                     | 110              | Fornecedores (Nota 7)                        | 5.149                  | 3.922            |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 3)          | 90.741                 | 112.021          | Empréstimos e financiamentos (Nota 8)        | 85.363                 | 81.149           |
| Contas a receber - partes relacionadas (Nota 4) | 51.214                 | 44.385           | Debitores (Nota 9)                           | 16.903                 | 21.772           |
| Tributos a recuperar e outros créditos          | 11.664                 | 2.481            | Gastos com emissão de debêntures             | (103)                  | (6)              |
| Despesas do exercício seguinte                  | 353                    | 649              | Salários, provisão e contribuições sociais   | 223                    | 62               |
|   | <b>154.005</b>         | <b>160.046</b>   | Tributos a pagar                             | 3.310                  | 12.590           |
|   |                        |                  | Dividendos a pagar (Nota 12)                 | 276                    | 787              |
|   |                        |                  | Encargos regulatórios (Nota 1 (b))           | 11.039                 | 9.471            |
|   |                        |                  | Obrigações socio ambientais (Nota 11)        | 6.257                  | 9.734            |
|   |                        |                  |  | <b>128.417</b>         | <b>139.384</b>   |
| <b>Não circulante</b>                           |                        |                  | <b>Não circulante</b>                        |                        |                  |
| Realizável a longo prazo                        |                        |                  | Empréstimos e financiamentos (Nota 8)        | 688.760                | 724.565          |
| Outros créditos                                 | 48                     | 1.037            | Debitores (Nota 9)                           | 122.730                | 131.227          |
| Imobilizado (Nota 5)                            | 1.341.178              | 1.374.196        | Gastos com emissão de debêntures             | (685)                  | (87)             |
| Intangível (Nota 6)                             | 230                    | 279              | Provisão para contingências (Nota 10)        | 77                     | 1.222            |
|   | <b>1.341.456</b>       | <b>1.375.512</b> | Obrigações socio ambientais (Nota 11)        | 2.175                  | 14.738           |
|   |                        |                  |  | <b>813.057</b>         | <b>870.975</b>   |
|   |                        |                  | <b>Patrimônio líquido</b>                    |                        |                  |
|   |                        |                  | Capital social (Nota 12)                     | 398.381                | 398.381          |
|   |                        |                  | Reservas de lucros (Nota 12)                 | 155.606                | 126.818          |
|   |                        |                  |  | <b>553.987</b>         | <b>525.199</b>   |
|   |                        |                  | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> | <b>1.495.461</b>       | <b>1.535.558</b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro**

|   | (Em milhares de reais) |                |  | (Em milhares de reais) |                  |
|---|------------------------|----------------|--|------------------------|------------------|
|   | 2008                   | 2007 (Nota 2)  |  | 2008                   | 2007 (Nota 2)    |
| <b>Fluxos de caixa da atividade operacional</b> |                        |                | <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>             |                        |                  |
| Entradas:                                       |                        |                | Fluxos de caixa das atividades de investimentos                |                        |                  |
| Recebimentos de clientes                        | 315.753                | 341.497        | Aquisições de bens do ativo imobilizado                        | (679)                  | (679)            |
| Outras receitas                                 | 8.688                  | 8.831          | <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>  | <b>(679)</b>           | <b>(679)</b>     |
| Receita de aplicações financeiras               | 10.142                 | 10.438         | <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>         |                        |                  |
|   | <b>334.583</b>         | <b>360.766</b> | Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures        | (177.490)              | (194.485)        |
| Saídas:   |                        |                | Dividendos pagos   | (787)                  | (429)            |
| Pagamentos a fornecedores e empregados          | (55.874)               | (65.195)       | <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b> | <b>(178.277)</b>       | <b>(194.914)</b> |
| Pagamentos de encargos setoriais                | (55.512)               | (45.524)       | Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa               | (21.357)               | (20.089)         |
|   | (113.386)              | (110.719)      | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício           | 112.131                | 132.220          |
| <b>Caixa proveniente das operações</b>          | <b>223.197</b>         | <b>250.047</b> | <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>     | <b>90.774</b>          | <b>112.131</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social pagos    | (31.077)               | (36.139)       |  |                        |                  |
| Impostos incidentes sobre a receita             | (44.521)               | (49.681)       |  |                        |                  |
|   | (65.598)               | (75.222)       |  |                        |                  |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Contexto operacional**

**(a) A Companhia**  
A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA" ou "Companhia") tem como objeto social explorar, na qualidade de concessionária, o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande ("AHE Barra Grande"), localizado no Rio Pelotas, divisa dos municípios de Pínhai da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, no Estado de Santa Catarina, submetendo-se, para tanto, às regras do Contrato de Concessão nº. 036/2001 - ANEEL e seus aditivos ("Contrato de Concessão") e às normas regulamentares aplicáveis.

A BAESA tem sede em Pínhai da Serra - RS, tendo sido constituída em 17 de setembro de 2001, sub-rogando-se nos direitos e nas obrigações do Grupo de Empresas Associadas de Barra Grande ("Consórcio GEAB"), decorrentes do Contrato de Concessão.

Em 19 de dezembro de 2002, o acervo líquido contábil do Consórcio GEAB foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia, com o propósito de abrigar o financiamento para a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande ("UHE Barra Grande"), sob a forma de "Project Finance", com garantias corporativas proporcionais por parte dos acionistas durante a fase de construção e com garantias dos contratos de compra e venda de energia durante a fase de operação.

**(b) Contrato de concessão**  
O Contrato de Concessão, assinado em 14 de maio de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 8.001 (valor total original de R\$ 222.029), atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Precos de Mercado - IGP-M (R\$ 18.130 em 31 de dezembro de 2008). Conforme determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, os valores que vem sendo pagos mensalmente, a partir de julho de 2007, são contabilizados por competência como deduções da receita, diretamente no resultado de cada exercício ("Encargo do Consumidor - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE). Em 31 de dezembro de 2008, o saldo atualizado da obrigação futura é de R\$ 495.549. Em 31 de dezembro de 2008, o valor da obrigação registrada na rubrica Encargos Regulatórios era de R\$ 1.418.

**(c) UHE Barra Grande**  
O UHE Barra Grande tem potência instalada de 690 MW, em um conjunto de três máquinas, das quais a primeira entrou em operação comercial em 1º de novembro de 2005, a segunda em 2 de fevereiro de 2006 e a terceira em 1º de maio de 2006. O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos reguladores.

**(d) Acordo de acionistas**  
Conforme o Acordo de Acionistas determinou-se que, após ter sido integralmente implantado o empreendimento e terem sido integralmente liquidadas todas as obrigações e financiamentos contrados para a construção da UHE Barra Grande, poderão os acionistas deliberar por uma das seguintes opções:  
• Manutenção da Companhia para realizar a operação e manutenção da UHE Barra Grande por prazo determinado ou indeterminado.  
• Aquisição de todas as ações pela Companhia para seu cancelamento, com exceção das ações de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A.  
• Resgate das ações pela Companhia, com exceção daquelas de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A., com a consequente e proporcional redução do capital social.  
• Redução, pura e simples, do capital social da Companhia, proporcional à sua parte não titulada pela Alcoa Alumínio S.A., com restituição aos demais acionistas do valor das ações por eles respectivamente tituladas.  
Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que, na eventualidade de falência ou insolvência de qualquer acionista, os demais acionistas comprometem-se a apoiar os valores necessários à compra dos créditos na qualidade e continuar a administrar a Companhia segundo os termos do Acordo.

**(e) Estrutura de financiamento**  
De acordo com o Contrato de Concessão, os acionistas da BAESA assumiram certas responsabilidades específicas. A Companhia financiou a implantação do empreendimento. O financiamento foi baseado em uma estrutura de garantias corporativas proporcionais durante a fase de construção, podendo tais garantias corporativas serem substituídas por recebíveis dos contratos de compra e venda de energia durante a fase de operação, cujas características incluem os seguintes itens:  
• Recursos dos acionistas da Companhia.  
• Financiamento no mercado local por meio de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.  
• Emissão pública de debêntures.

**(f) Direitos de compra de energia**  
Os volumes de energia são integralmente compartilhadas entre os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. O acionista que determinar a venda a terceiros permanece responsável junto a Companhia pela adimplência das respectivas vendas.

**(g) Operação**  
Em virtude de a concessão de que a Companhia é titular ter sido outorgada antes da vigência do Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, que comercializa energia elétrica por

sua conta e risco e a preços não regulados, a Companhia não está sujeita às limitações de venda de energia entre partes relacionadas e à necessidade de realização de lances de venda de energia.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de janeiro de 2009.

**Alteração na Lei das Sociedades por Ações**  
Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB". A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações não trouxeram impactos sobre as práticas contábeis já adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, exceto quanto à reclassificação do saldo de ativos intangíveis que era registrado sob a rubrica do imobilizado e que passou a ser registrado em rubrica específica no ativo não circulante. Portanto, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como, os resultados dos exercícios findos naquelas datas, não foram impactados por estas mudanças.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado estão sendo apresentadas de forma comparativa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**(a) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

**(b) Instrumentos financeiros**  
Classificação e mensuração  
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de mensurados ao valor justo através do resultado e de não mensurados ao valor justo. A classificação dos instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.  
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado  
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na Demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.  
Valor justo  
Os valores justos dos ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública são determinados através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes concluídas com terceiros elou referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.  
O balanço em 31 de dezembro de 2008, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está sendo registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

**(c) Contas a receber - partes relacionadas**  
As contas a receber - partes relacionadas são avaliadas no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente, visto que não há presunção de juros embutidos sobre estes recebíveis. Sobre estes montantes não existem provisões de crédito, conforme descrito na Nota 1 (g).

**(d) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**  
O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas dessas impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

**(e) Imobilização**  
O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção. É depreciado, na fase de operação, de acordo com a vida útil econômica dos bens, às quais estão em consonância com as regras específicas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A BAESA repassou também recursos para construção do escritório municipal da EMATER em Pínhai da Serra/RS, fundamental para oferecer assistência técnica aos produtores rurais do município.

O Centro de Educação Ambiental foi construído graças a uma parceria entre a BAESA, Fundação Alcoa Internacional, IBENS (Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis) e a prefeitura de Anita Garibaldi/SC. O local conta com 273 metros de área construída, onde estão dispostos um auditório com 100 lugares, escritório, cozinha, dois quartos para alojamentos e quatro banheiros, sendo dois equipados para pessoas com deficiência. A estrutura do prédio contém diversos aspectos ecológicos e sustentáveis. O pavimento onde está o auditório, por exemplo, foi erguido com sacos de terra, em vez de tijolos tradicionais. Além disso, foram colocadas telhas ecológicas, sistema de aproveitamento da água da chuva e aberturas maiores para captação da luz natural.

**Ações Ambientais**

No âmbito das ações ambientais, em 2008, cumpre destacar o sucesso do programa de reintrodução da bromélica Dyckia distachya no entorno do reservatório da Usina Barra Grande. Da condição de potencialmente extinta, a Dyckia distachya tornou-se uma espécie menos vulnerável e adaptável a locais diferentes até então desconhecidos.

O bom trabalho realizado motivou até a elaboração de estudos acadêmicos, com a dissertação de mestrado que conferiu à bióloga Manuela Wiesbauer o título de Mestre em Recursos Genéticos Vegetais pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Orientada pelo professor Ademir Reis, um dos maiores especialistas no assunto, a dissertação "Biologia Reprodutiva e diversidade genética de Dyckia distachya no viveiro e relocalização da UHE Barra Grande" foi aprovada com conceito "A" e relata as atividades desenvolvidas pela BAESA visando a preservação da bromélica.

O interesse em aprofundar estudos e análises sobre temas intrínsecos à construção de empreendimentos hidrelétricos levou a BAESA a encaminhar, em 2008, sete projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para avaliação da ANEEL, sobre aspectos sociais e ambientais, como o remanejamento das famílias, viabilidade do cultivo de araucárias e criação de peixes em tanques-rede no reservatório. A ideia é enfatizar temas de cunho socioambiental, priorizando pessoas e meio ambiente.

O investimento nesses projetos é de aproximadamente R\$ 4,8 milhões, e serão executados em períodos que variam de um a cinco anos, com início em Maio de 2009. A maioria das pesquisas será desenvolvida por universidades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outra ação ambiental relevante foi o início do pagamento da indenização aos proprietários de terras do Parque Nacional de São Joaquim. Em 2008, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBO) efetuou o pagamento de R\$ 7,4 milhões do total de R\$ 12,5 milhões comprometidos pela BAESA para custear a regularização fundiária do Parque.

Em 2008, a BAESA alcançou o número de 442 mil cordeiros de espécies florestais nativas plantados no entorno do reservatório. Parte dessas mudas foi utilizada em comemoração ao Dia da Árvore e no projeto "Plante um jardim: decore sua alma", realizado em múltiplos pontos familiares nas Comunidades Rurais implantadas pela BAESA. Desse total, aproximadamente 10% são mudas de araucária, a árvore símbolo da Serra Catarinense.

Também em 2008 a BAESA iniciou quatro atividades relacionadas ao meio ambiente: a implementação do Sistema de Gestão Ambiental na Usina Hidrelétrica Barra Grande; melhorias e plano de mudas no Aterro Sanitário de Pínhai da Serra/RS, elaboração do Projeto de Crédito de Carbono para o Mercado Voluntário e a participação da BAESA no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Apuaê-Imbandua,



CONTINUAÇÃO

**(f) Intangíveis**

Os gastos diretamente associados a softwares e licenças, identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que geram benefícios econômicos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados pelo prazo que corresponde ao período esperado de geração de benefícios, os quais estão em consonância com as regras específicas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em cinco anos.

**(g) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**(h) Empréstimos e financiamentos e debêntures**

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Debêntures não convertíveis têm seu reconhecimento de forma similar à dos empréstimos.

**(i) Provisão para contingências**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**(j) Reconhecimento de receitas**

A receita compreende o valor presente pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador.

**(k) Reconhecimento de despesas**

As despesas estão registradas com observância ao regime de competência do exercício.

**(l) Lucro por ação**

O lucro por ação é determinado considerando-se a quantidade de ações que compõem o capital social da Companhia nas datas dos balanços.

**3. Títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)**

As aplicações financeiras estão lastreadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, e são remuneradas a taxas que variam de 99% a 104,6% no Certificado Bancário - CDI, tendo sido classificadas como "Destinadas à Negociação", mensuradas pelo valor justo através do resultado.

|                        | 2008   | 2007    |
|------------------------|--------|---------|
| Instituição financeira | 45.031 |         |
| Banco do Brasil S.A.   | 6.821  |         |
| Banco HSBC S.A.        |        | 43.440  |
| Banco Pactual S.A.     | 17.262 |         |
| Banco Real ABN Amro    |        | 32.467  |
| Banco Safra S.A.       |        | 32.472  |
| Banco Votorantim S.A.  | 21.627 | 3.642   |
| Bradesco S.A.          | 90.741 | 112.021 |

**4. Transações e saldos com partes relacionadas**

A Companhia efetua o suprimento e fornecimento de energia elétrica para empresas relacionadas. Essas transações estão sumarizadas no quadro a seguir:

|                              | Suprimento e fornecimento de energia (l) |         | Contas a receber |        |
|------------------------------|--|---------|------------------|--------|
|                              | 2008                                     | 2007    | 2008             | 2007   |
| Alcoa Alumínio S.A.          | 122.483                                  | 125.059 | 20.383           | 19.588 |
| Camargo Corrêa Cimentos S.A. | 33.929                                   | 31.074  | 4.870            | 3.852  |
| Cia. Brasileira de Alumínio  | 51.335                                   | 49.165  | 9.185            | 99     |
| CPFL Geração de Energia S.A. | 87.053                                   | 103.683 | 12.566           | 17.743 |
| DME Energética Ltda.         | 27.582                                   | 25.483  | 4.210            | 3.303  |
|                              | 322.382                                  | 334.464 | 51.214           | 44.585 |

(l) Vide Notas 13 e 19.

Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de contas a receber será realizado em um prazo que varia entre 45 dias e 75 dias. O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros. A Companhia mantém um contrato de prestação de serviços na Usina com o COBG - Consórcio Operador Barra Grande, que tem a participação da CPFL Geração de Energia S.A. Tal contrato tem como objeto a prestação de serviços de administração, planejamento, engenharia de operação e manutenção (preventiva, preditiva e corretiva), execução e controle da operação e manutenção, necessários ao funcionamento regular, seguro e eficiente de todos os equipamentos, sistemas e estruturas permanentes da CENTRAL GERADORA, bem como as atividades de gestão ambiental e patrimonial do RESERVATÓRIO. A Companhia pagará um valor mensal previamente acordado pelos serviços prestados pelo consórcio, sendo reajustado anualmente. Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia mantém uma provisão a pagar para a CPFL Geração de Energia S.A. no montante de R\$ 480 (R\$ 435 em 31 de dezembro de 2007), referente à sua participação no consórcio. Durante o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 9.669 (R\$ 9.955 em 31 de dezembro de 2007).

**5. Imobilizado**

**(a) Composição**

|   | 2008                            |           | 2007                  |           |
|---|---------------------------------|-----------|-----------------------|-----------|
|   | Taxas anuais de depreciação - % | Custo     | Depreciação acumulada | Líquido   |
| Terenos                                 | 34,668                          | 34,668    | 34,536                |           |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | 2%                              | 949,771   | (62,234)              | 887,537   |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2,2%                            | 63,479    | (4,192)               | 59,287    |
| Máquinas e equipamentos                 | 3%                              | 391,843   | (34,742)              | 357,101   |
| Veículos                                | 20%                             | 460       | (207)                 | 253       |
| Móveis e utensílios                     | 10%                             | 460       | (51)                  | 409       |
| Imobilizado em serviço                  |                                 | 1.440.681 | (101,426)             | 1.339.255 |
| Imobilizado em curso                    |                                 | 1.923     | 1.923                 | 2.065     |
|   |                                 | 1.442.604 | (101,426)             | 1.341.178 |

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

|   | 2008          | 2007          |
|---|---------------|---------------|
|   | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Terenos                                 | 34.668        | 34.536        |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | 887.537       | 907.247       |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 59.287        | 60.645        |
| Máquinas e equipamentos                 | 357.101       | 369.277       |
| Veículos                                | 253           | 345           |
| Móveis e utensílios                     | 409           | 81            |
| Imobilizado em serviço                  | 1.339.255     | 1.372.131     |
| Imobilizado em curso                    | 1.923         | 2.065         |
| Total                                   | 1.341.178     | 1.374.196     |

De acordo com o Contrato de Concessão, no prazo final da concessão todos os bens e instalações vinculados a UHE Barra Grande passaram a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria a ser efetuada pela ANEEL. Conforme artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação no concessão.

**6. Intangível**

|             | 2008                    |       | 2007                  |         |
|-------------|-------------------------|-------|-----------------------|---------|
|             | Taxa de amortização - % | Custo | Depreciação acumulada | Líquido |
| Intangíveis | 20%                     | 486   | (256)                 | 230     |

Do valor registrado na rubrica Intangível, R\$ 303 referem-se a softwares.

**7. Fornecedores**

|                                      | 2008  | 2007  |
|--------------------------------------|-------|-------|
| Encargos de uso da rede elétrica     | 2.939 | 2.645 |
| Desenvolvimento do Projeto Executivo |       | 192   |
| Obrigações com o Consórcio Operador  | 809   | 780   |
| Gastos com meio ambiente             | 1.324 | 305   |
| Outros                               | 77    |       |
|                                      | 5.149 | 3.922 |

**8. Empréstimos e financiamentos**

| Subcrédito                | Encargos anuais   | Vencimento      | 2008    | 2007    |
|---------------------------|-------------------|-----------------|---------|---------|
| BNDES (A, B, C e D)       | TJLP + 3,125%     | Agosto de 2018  | 319.334 | 357.347 |
| BNDES (E)                 | UMBNDDES + 3,125% | Outubro de 2018 | 168.023 | 138.869 |
| BNDES Suplementar (A e B) | TJLP + 4,125%     | Agosto de 2018  | 286.766 | 315.498 |

Parcela de curto prazo  
Parcela de longo prazo  
Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos A, B, C e D incidem juros de 3,125% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, considerando que, quando a TJLP for superior à 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder essa taxa será capitalizado com o saldo devedor, sendo liquidado na forma do principal, incidindo sobre essa parcela os mesmos encargos do financiamento do principal.

Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito E incidem juros à taxa de 3,125% ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Os juros vêm sendo calculados dia a dia de forma proporcional, tendo sido capitalizados no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2006, e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de novembro de 2006, inclusive, com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato. Ainda em relação ao subcrédito E, a Companhia obriga-se a pagar ao BNDES, a título de reembolso de despesa com imposto de renda, percentual que corresponde à taxa média ponderada de imposto de renda devido sobre os encargos remanejados pelo BNDES aos credores de recursos externos. O saldo devedor proveniente desse subcrédito será atualizado diariamente pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse.

Sobre o principal da dívida dos subcréditos suplementares A e B incidem juros de 4,125% ao ano, acima da TJLP, considerando que, quando a TJLP for superior à 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder essa taxa será capitalizado com o saldo devedor, sendo liquidado na forma do principal, incidindo sobre essa parcela os mesmos encargos do financiamento do principal. A amortização será feita em 144 parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida de cada subcrédito, dividido pelo número de prestações de amortização vincendas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de setembro de 2006 e a última em 15 de agosto de 2018, para todos os subcréditos, exceto para o subcrédito L, cuja primeira prestação venceu em 15 de novembro de 2006 e a última vencerá em 15 de outubro de 2018. As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

|           | 2008    |
|-----------|---------|
| 2010      | 70.988  |
| 2011      | 70.988  |
| 2012      | 70.988  |
| 2013      | 70.988  |
| 2014      | 70.988  |
| Após 2014 | 333.820 |
|           | 688.760 |

Para garantir quaisquer obrigações decorrentes desse contrato foram penhorados, a favor do BNDES, as ações da Companhia e os direitos emergentes da concessão, compreendendo os direitos decorrentes da venda de energia a ser produzida pela Companhia.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, com relação ao Artigo 8º, que trata de ajustar a valor presente os elementos integrantes do ativo e passivo, não há efeito sobre os empréstimos e financiamentos contraiados pela Companhia, pois estes foram celebrados em condições usuais de mercado, sem taxas diferenciadas.

**9. Debêntures**

|          | Encargos anuais             | Vencimento     | 2008    | 2007    |
|----------|-----------------------------|----------------|---------|---------|
| 1ª Série | 100% da taxa DI + 0,3% a.a. | Agosto de 2016 | 100.195 | 112.643 |
| 2ª Série | 100% da taxa DI + 0,4% a.a. | Agosto de 2016 | 39.438  | 40.366  |

Parcela de curto prazo  
Parcela de longo prazo  
A Companhia emite debêntures simples, não convertíveis em ações, do tipo nominativo-escritural, sem emissão de cauletas ou certificados, da espécie subordinada, com garantia de fiança não solidária prestada por alguns dos atuais acionistas da Companhia.

As debêntures foram emitidas em 1º de agosto de 2004 em duas séries de 9.000 debêntures cada uma, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 para ambas as séries. O valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 11.132,75 e R\$ 12.718,70 para a 1ª série e a 2ª série, respectivamente.

Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, as quais requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

Em 28 de junho de 2007 o Conselho de Administração aprovou a alteração das seguintes condições das debêntures da 1ª série, que passaram a vigorar a partir de 1º de agosto de 2007: a) Remuneração de 100% da taxa DI mais 0,3% a.a. e b) Prazo de vigência da remuneração de três anos, a partir de 1 de agosto de 2007. As demais condições das debêntures da 1ª série, incluindo a estrutura de garantia, permaneceram inalteradas.

Em 8 de novembro de 2007, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª série, onde foi deliberado: a) alterar a remuneração de IGP/M mais 10,3% a.a. para CDI mais 0,4% a.a.; b) alterar a repactuação de 1º de agosto de 2011, para 1º de agosto de 2010; e c) alterar a amortização, de anual, para 1 de agosto de 2010, equivalente a 30% do valor nominal unitário em 1º de agosto de 2006. As demais características das debêntures da 2ª série, incluindo a estrutura de garantias, permaneceram inalteradas. Aos titulares que aceitaram os termos e condições propostas, a Companhia pagou um prêmio de 1,1% calculado sobre o valor nominal unitário. Aos titulares que não aceitaram os novos termos e condições e desejaram sair do investimento foi concedido prêmio de 1,0% incidente sobre o volume das debêntures objeto do exercício do direito de venda. Durante a referida Assembleia a Companhia resgatou 900 debêntures mediante sorteio, sendo que o referido montante foi posteriormente cancelado.

**10. Provisão para contingências**

(a) Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia apresentava as seguintes passivos relacionados a contingências:

|                                     | 2008 | 2007  |
|-------------------------------------|------|-------|
| Linha de distribuição (i)           | 40   | 100   |
| Trabalhistas                        | 37   | 37    |
| Outros provisões - Multa ANEEL (ii) | 1    | 085   |
|                                     | 77   | 1.222 |

(i) Referem-se a ações de proprietários cujas terras serviam de passagem para linha de distribuição para alimentação elétrica do canelêiro de obras, honorários e custos advocatícios. Com base no opinião de seus consultores legais, a Administração entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas.

(ii) Referem-se à multa lavrada em descumprimento a determinação de comunicar em tempo hábil à ANEEL ocorrências nas instalações de geração de energia elétrica da Companhia ou em instalações associadas a estas. A Companhia interps recurso administrativo em seu reunião realizada em 29 de janeiro de 2008 a ANEEL lavrou multa de R\$ 23, que foi quitada em 12 de fevereiro de 2008, dando o processo por encerrado.

(b) A movimentação da provisão no exercício de 2008 está demonstrada a seguir:

|                                 | 2008    | 2007 |
|---------------------------------|---------|------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2007 | 1.222   |      |
| Baixas por pagamento            | (1.085) |      |
| Reversões                       |         | (60) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | 137     | 77   |

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

|                   | 2008 | 2007 |
|-------------------|------|------|
| Cíveis (i)        | 495  | 477  |
| Trabalhistas (ii) | 342  | 440  |
|                   | 837  | 917  |

(i) Referem-se principalmente a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos, as quais a Administração da Companhia e seus consultores legais entendem que a probabilidade de perda é mínima.

(ii) Referem-se a ações ajuizadas a fim de obter o pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de rescisão de contrato de trabalho com a empregadora. A Companhia é colodada no polo passivo a fim de que seja responsabilizada solidária ou subsidiariamente.

**11. Obrigações sócio-ambientais**

Tendo em vista a entrada total em operação, a Companhia tem constituído, em 31 de dezembro de 2008, contas a pagar de obrigações sócio-ambientais em contrapartida ao ativo imobilizado em serviço no montante de R\$ 8.432 (R\$ 24.472 em 31 de dezembro de 2007). Estas contas a pagar visam cobrir basicamente medidas compensatórias descritas na Licença de Operação expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

**12. Patrimônio líquido**

| (a) Capital social   | Quantidade de ações ordinárias | Percentual |
|--|--------------------------------|------------|
| Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o capital social é de R\$ 398.381, totalmente subscrito e integralizado, e sua composição é como segue: |                                |            |
| Acionistas   |                                |            |
| Alcoa Alumínio S.A.  | 168.017.984                    | 42,1752    |
| Camargo Corrêa Cimentos S.A.   | 35.854.290                     | 9,0000     |
| Companhia Brasileira de Alumínio   | 59.757.150                     | 15,0000    |
| CPFL Geração de Energia S.A.   | 99.618.754                     | 25,0059    |
| DME Energética Ltda.   | 35.132.822                     | 8,8189     |
|  | 398.381.000                    | 100,0000   |

(b) Reservas de lucros  
Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia constituiu reservas de lucros no montante de R\$ 28.788, de acordo com a legislação societária, sendo R\$ 1.453 destinados à rubrica "Reserva Legal" e R\$ 27.335 à rubrica "Reserva para Retenção de Lucros", esta destinada à retenção de lucros para cobrir obrigações futuras decorrentes das operações de empréstimos

e financiamentos e debêntures, a serem aprovadas em Assembleia Geral Ordinária em data ainda a ser definida.

(c) Dividendos propostos  
Aos acionistas é assegurado o direito do recebimento de dividendo anual obrigatório no montante de 1% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido em Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2008 foram destinados R\$ 276 para essa finalidade.

|                               | 2008   | 2007   |
|-------------------------------|--------|--------|
| Lucro líquido do exercício    | 29.065 | 82.974 |
| Reserva legal - 5%            | 1.453  | 4.146  |
| Base de cálculo de dividendos | 27.612 | 78.768 |
| Dividendos propostos - 1%     | 277    | 787    |
| Retenção de lucros            | 27.335 | 77.981 |

(d) Remuneração global da administração  
A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2008 fixou remuneração global da administração no montante de R\$ 950.

**13. Suprimento e fornecimento de energia elétrica**

|                                  | 2008      |          | 2007      |          |
|----------------------------------|-----------|----------|-----------|----------|
|                                  | MWh (i)   | R\$ (ii) | MWh (i)   | R\$ (ii) |
| Alcoa Alumínio S.A.              | 1.376.157 | 122.483  | 1.366.432 | 125.059  |
| Camargo Corrêa Cimentos S.A.     | 293.666   | 33.929   | 291.591   | 31.074   |
| Companhia Brasileira de Alumínio | 489.443   | 51.335   | 485.985   | 49.165   |
| DME Energética Ltda.             | 287.757   | 27.582   | 285.178   | 25.483   |
| CPFL Geração de Energia S.A.     | 822.564   | 87.053   | 809.960   | 103.683  |
|                                  | 3.269.587 | 322.382  | 3.239.146 | 334.464  |

(i) Informação não auditada pelos auditores independentes.  
(ii) Vide Nota 4.

**14. Resultado financeiro**

|                              | 2008     | 2007      |
|------------------------------|----------|-----------|
| Despesas financeiras         |          |           |
| Empréstimos e financiamentos | (72.490) | (82.303)  |
| Debêntures                   | (17.435) | (20.235)  |
| Outros                       | (90.509) | (106.005) |
| Receitas financeiras         |          |           |
| Aplicações financeiras       | 11.175   | 16.219    |
| Outras receitas              | 2        | 106       |
|                              | 11.177   | 16.325    |

Variação cambial (\*)  
Ativa  
Passiva  
Variação cambial líquida  
Ajuste 4º trimestre do exercício anterior  
(\*) A variação cambial demonstrada refere-se aos empréstimos obtidos do BNDES, conforme Nota 8.

**15. Imposto de renda e contribuição social**

| A seguir reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado: | 2008     |         | 2007     |          |          |          |
|---|----------|---------|----------|----------|----------|----------|
|   | PJ       | CSLL    | Total    | IRPJ     | CSLL     | Total    |
| Composição dos tributos no resultado                                      |          |         |          |          |          |          |
| Correntes   | (10.604) | (3.915) | (14.519) | (31.741) | (11.504) | (43.245) |
| Reconciliação da despesa com impostos                                     |          |         |          |          |          |          |